

FENOMENOLOGIA E INTELIGIBILIDADE DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE TEÓRICO

*Thales Castro*¹

RESUMO

A ciência das Relações Internacionais (RI) possui vastas ferramentas conceituais a partir dos seus objetos epistemológicos (objetos do conhecimento), gerando o ponto de partida para o presente artigo. Na relação sujeito-objeto introduzida, o campo das RI traz um conjunto aberto de sistemas analíticos – todos plurais e diversos – formatando, amplamente, sua fenomenologia. Os sistemas abertos e plurais constituem *a priori* uma barreira para uma melhor uniformização da disciplina internacional, porém, revela, em contrapartida, sua ampla disponibilidade, quase que à guisa de convite, para tecer contribuições integradas de diversos ramos na busca de soluções comuns dos problemas internacionais. Dada a pluralidade e complexidade do saber internacional sistematizado, não deve haver postura hermética nem sob o ponto de vista de formulação, quanto sob a perspectiva de análise teórica deste ramo do conhecimento. Dessa maneira, o propósito central do artigo é apresentar algumas ferramentas conceituais críticas sobre esta ciência, revelando alguns eixos de debates teóricos sobre sua fenomenologia e inteligibilidade.

Palavras-Chaves: fenomenologia; inteligibilidade; Relações Internacionais; debates

I. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Muitas das ferramentas apresentadas por teóricos de diversas correntes revelam limitações da própria política internacional, especialmente, em suas fronteiras de atuação, seus compartimentos científicos e sua relação com outras ciências. Por exemplo, a escola realista clássica centraliza-se, preponderantemente, no conceito de anarquia internacional, na maximização do poder, no militarismo e no sistema de autoajuda dos Estados diante dos dilemas de segurança. As premissas apresentam-se como plausíveis, no entanto, o retrato feito pela escola realista clássica maquiavélico-hobbesiana não é suficiente para explanar sobre as brechas na escola de pensamento que

¹ Bacharel e Mestre em Relações Internacionais pela Indiana University of Pennsylvania, EUA. Doutor em Ciência Política pela UFPE. Após o Doutorado, realizou estudos na Texas Tech University School of Law (IL). Coordenador do Curso de Relações Internacionais da Faculdade Damas da Instrução Cristã. Coordenador da especialização em “Diplomacia e Negócios Internacionais” da Faculdade Damas da Instrução Cristã. Professor da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Email: tccastro@hotmail.com.

provam que há oportunidades de cooperação em meio à entropia e à anarquia, forçando os Estados a unirem esforços em um ambiente internacional hostil. As premissas do realismo clássico (primeira geração) nem sempre explanam, com exatidão, iniciativas de aproximação cooperativa e de entendimento no campo moral-prático dos dirigentes internacionais. O modelo teórico pode apresentar, dessa forma, um recorte estanque da realidade na forma de compartimento e aí estão muitas das limitações referidas acima. O grau de aderência à realidade das brechas encontradas em modelos teóricos diversos em RI se torna então baixo, mostrando as limitações práticas e operacionais dos conceitos e dos paradigmas.² A constatação feita mostra os problemas metodológicos centrais do saber internacional que serão abordados adiante.³ No momento importa salientar, de forma introdutória e estática, algumas das principais ferramentas conceituais e nosso posicionamento referente à disciplina das RI.

O pensador da área internacional é, em grande medida, produto (agente e paciente simultaneamente) de suas preferências, formação pessoal, cultural e acadêmica e experiências acumuladas ao longo do tempo, formando ou reproduzindo uma determinada cosmovisão. A pretensa neutralidade científica com sua objetividade e impessoalidade quando estruturada em epistemologias sociais, humanas e políticas torna-se quase impossível de ser atingida, daí a crítica pontual da Escola de Frankfurt com Adorno, Horkheimer *inter alia* com sua ácida denúncia da racionalidade instrumental em uma sociedade de massa formatada pela indústria cultural.⁴ A própria tentativa de doutrinar uma pretensa objetividade e neutralidade científicas já parte de um pressuposto de racionalidade instrumental entrincheirado em uma lógica de poder por meio de determinado processo histórico. É natural supor também que não poderemos esgotar a questão aqui suscitada, porém, vamos retomar o tema quando analisarmos a metodologia e a epistemologia (teoria do conhecimento) da ciência das Relações Internacionais. Tendo como base essas breves notas, buscou-se aqui elencar alguns teóricos que apresentam conceituações diversas sobre o saber internacional que, para fins didáticos, operacionalizam exposições de relevo para o presente item.

² CASTRO, Thales. Repensando a unimultipolaridade: uma análise modelística das relações internacionais contemporâneas. In GUEDES, Marcos, org. *Brasil e EUA no novo milênio*. Recife, NEA/UFPE, 2004. p. 193-207.

³ A pluridimensionalidade das ferramentas conceituais das RI é marca patente da problemática central do método do saber internacional independente. O corte de autonomia científica para as RI é pleno mesmo estando estruturado em multi, em trans e em interdisciplinaridade. Advoga-se aqui que o debate carece de atualização pelo fato de poder se avançar da discussão sobre a inter e a transdisciplinaridade *versus* o autonomismo da monodisciplinaridade (*sic*) descritos adiante no livro.

⁴ ADORNO, Theodor. *Indústria cultural e sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 37-49; p. 51-52.

Serão utilizadas, em seguida, definições estruturais sobre a ciência das RI e seus fenômenos apresentados ao sujeito cognoscente. Cumpre salientar que, segundo Carraher, as definições conceituais “referem-se ao significado de termos enquanto representações dos conceitos e o processo pelo qual estas definições são estabelecidas chamam-se conceituação ou teorização.”⁵

Como saber autônomo sob o ponto de vista metodológico, a “disciplina de relações internacionais (RI) procura entender como os povos estão providos ou não de valores básicos: segurança, liberdade, ordem, justiça e bem-estar” na visão de Jackson & Sorensen.⁶ De acordo com Pontes Nogueira e Messari, “as teorias das Relações Internacionais têm a finalidade de formular métodos e conceitos e permitam compreender a natureza e o funcionamento do sistema internacional, bem como explicar os fenômenos mais importantes da política mundial.”⁷ Voltando à temática exposta no início do capítulo sobre pontos de partida para o estudo das RI, Bull salienta “o ponto de partida das relações internacionais é a existência de estados, comunidades políticas independentes, cada uma das quais possui um governo e afirma sua soberania com relação a uma parte da superfície terrestre e a um segmento da população humana.”⁸

Goldstein externa, com propriedade, sobre a instigante área das Relações Internacionais:

Our world is large, diverse, and complex. International relations is a fascinating topic because it concerns peoples and cultures around the world.” [...] “as part of political science, IR is about international politics. To some extent, however, the field is interdisciplinary, relating international politics to economics, history, sociology, and other disciplines.”⁹

O teórico norte-americano Goldstein reforça a raiz epistêmica política das RI e revela sua interdisciplinaridade com outras ciências pelas suas palavras acima. No entanto, Goldstein admite seu corte de autonomia como ciência que possui uma ampla base inter e transdisciplinar. O corte de autonomia das Relações Internacionais acaba

⁵ CARRAHER, David. *Senso crítico: do dia-a-dia às ciências humanas*. São Paulo, Editora Pioneira, 1983. p. 106.

⁶ JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. *Introdução às Relações Internacionais: teorias e abordagens*. Rio de Janeiro, Zahar, 2007. p. 15.

⁷ PONTES NOGUEIRA, João; MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2005. p. 2.

⁸ Bull pertence à escola inglesa de sociedade internacional que será tratada no Capítulo III – Epistemologia das Relações Internacionais. BULL, Hedley. *A sociedade anárquica: um estudo da ordem na política mundial*. São Paulo, IPRI/UnB, 2002. p. 13.

⁹ GOLDSTEIN, Joshua. *International Relations*. Nova Iorque, Harper Collins, 1994. p. 3.

por trazer debates frutíferos na academia contemporânea, mas que em nada se parecem, por exemplo, com as correntes negadoras do Direito Internacional. Os debates contemporâneos se espraiam na dificuldade em ter um corte ou onde ter esse corte sobre a autonomia científico-metodológica das RI, mas nunca negando sua natureza própria e independente.

De acordo com Seitenfus, as Relações Internacionais “definem-se como conjunto de contatos que se estabelecem através das fronteiras nacionais entre grupos socialmente organizados. As relações internacionais surgem quando dois ou mais grupos socialmente organizados intercambiam bens, ideias, valores e pessoas, tanto num contexto juridicamente definido quanto de maneira circunstancial e pragmática.”¹⁰ Sobre a descrição das Relações Internacionais, o teórico norte-americano Stoessinger descreve três grandes princípios conceituais sobre a disciplina: a análise sistemática sobre a tensão entre a luta pelo poder e luta pela ordem; a divergência entre as imagens que as nações fazem dos assuntos internacionais, e uma das outras entre si e a realidade internacional tal qual realmente é; e, por fim, a luta do oriente contra o ocidente.¹¹ Na visão de Wendzel, as RI possuem o objetivo a análise do cenário internacional composto por atores estatais e não-estatais tendo como variáveis intervenientes, o papel da ética, o papel do direito, o papel da ideologia e, por fim, o papel do poder.¹²

Distanciando um pouco da análise mais centrada na política e em suas relações com a interação entre vários atores na área internacional, Jaspers provoca algumas reações de questionamentos analíticos sobre o cenário internacional e suas múltiplas realidades, oferecendo reflexões filosóficas pontuais sobre as controvérsias envolvidas no conceito de “mundo” à luz da dicotomia sujeito-objeto¹³:

Não quer isso dizer que nosso mundo seja apenas aparente e oposto ao outro, que seria o mundo real. Só existe um mundo. O problema reside, antes, em saber se este mundo, de que temos experiência através da dicotomia sujeito-objeto, é próprio ser, que se confundiria, então, com o mundo cognoscível. Eis a resposta: o mundo não é aparência, mas a realidade. Realidade que é a manifestação, fenômeno. Enquanto fenomenalidade, “possibilidade de manifestar-se (Erscheinungshaftigkeit), o mundo encontra apoio na realidade, no abrangente que, de sua parte, jamais se manifesta como realidade no mundo, como objeto passível de estudo.”

¹⁰ SEITENFUS, Ricardo. *Relações Internacionais*. Barueri, Manole, 2004. p. 2.

¹¹ STOESSINGER, John. *O poder nas nações: a política internacional de nosso tempo*. São Paulo, Cultrix, 1978. p. 19.

¹² WENDZEL, Robert. *Relações Internacionais*. Brasília, Editora da UnB, 1980. p. 15-46.

¹³ JASPERS, Karl. *Introdução ao pensamento filosófico*. Op. cit. p. 38.

Sobre a importância das RI, Rourke é muito pontual ao descrevê-la fazendo um paralelo entre a esfera internacional e o drama humano em seu amplo relacionamento:¹⁴

The interplay of international relations stems primarily from world's political, economic, and social fragmentation. The global drama has a cast of national actors that are often at odds with one another. Although these actors, or countries, are often at peace, and although there are many examples of cooperation and humanity can be found in them, they are also full of ambition, self-serving righteousness, and greed. [...] the world drama is important and deserves our careful attention.

De qualquer maneira, as RI *res ipsa loquitur* possuem sua autonomia consagrada e algumas das ferramentas conceituais aqui apresentadas dizem respeito aos pontos de partida do fascinante estudo da disciplina. Independentemente de seu fascínio, importância e amplitude autônoma, as RI são definidas aqui da seguinte maneira:

Ciência autônoma de raiz epistêmica política que descreve, explica, prevê e prescreve a interação multidimensional dos vários atores internacionais nas esferas macro, meso e microssistêmicas.

A autonomia científica das RI tem assumido, recentemente, uma pluralidade de debates, embora haja um relativo consenso em seu entorno no que tange à autonomia disciplinar. Sim, as RI são uma ciência autônoma, isto é, possui propriedades inerentes, cortes analíticos específicos e autonomia com relação a outras ciências. Como tal, possui, igualmente, seu método, embora este não seja um debate dos mais fáceis na academia. Possui raiz política que será tratada mais, detalhadamente, adiante.

II. INTELIGIBILIDADE DA CIÊNCIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Mesmo que não queiramos ou não saibamos na totalidade, as Relações Internacionais estão em nós. E nós também estamos nesta ampla rede do saber e da práxis internacionais. O conjunto de saberes internacionais reunidos e estilhaçados interdisciplinarmente está, de forma simultânea, no microcosmo humano e no macroambiente das relações externas. No processo de estar presente e influenciar o microcosmo individual (pensamentos, reciprocidades, ideias externas), as Relações Internacionais devem passar por um amplo processo de ressignificação, pois os cânones

¹⁴ ROURKE, John. *International politics on the world stage*. 5a. ed. Guilford, DPG Publishers, 1995. p. 5-6.

tradicionais visualizam, de forma predominante, seu campo e abrangência de maneira exógena com uma lente macroscópica.¹⁵

Para se iniciar um processo de inteligibilidade por meio do método fenomenológico acerca das Relações Internacionais, necessária é, primeiramente, a desconstrução – fundamental instituto da pós-modernidade – para posterior ressignificação de seu escopo, sua abrangência e seus impactos nas mais ínfimas ações e pensamentos dos indivíduos. Sugere-se aqui que, de forma crítica e reflexiva, se possa buscar novo olhar sobre a área internacional com seus muitos segmentos. Tais segmentos perpassam o pensar e agir cotidiano em uma condicionante própria de mútuas influências. Ou seja, o sujeito e o objeto se entrelaçam e se influenciam em uma dinâmica rápida, constante e pontiaguda, gerando uma forma particular de inteligibilidade ressignificada. Parte da busca por uma inteligibilidade das RI se deve a um projeto mais amplo da busca da categorização da verdade. Embora não seja nosso objetivo, nesta parte deste artigo, trabalhar sobre a epistemologia do conceito de verdade – complexo e produto de forças de poder e processos históricos – convém citar Foucault como inspiração nesta busca de ressignificações ampliando-as ao contexto do saber internacional:¹⁶

Vivemos em uma sociedade que em grande parte marcha ao compasso da verdade – ou seja, que produz e faz circular discursos que funcionam como verdade que passam por tal e que detêm por este motivo poderes específicos. A produção de discursos “verdadeiros” (e que, além disso, mudam incessantemente) é um dos problemas fundamentais do Ocidente. A história da “verdade” – do poder próprio aos discursos aceitos como verdadeiros – está totalmente por ser feita.

Aceitamos o convite provocador de Foucault, sem, contudo, imaginar que estaremos produzindo verdades e poderes atrelados, pois a apropriação (inteligibilidade) da verdade já é uma forma de poder relacional. Outro convite provocador nos é feito por Bauman quando enfatiza a importância do resgate da esfera pública e salienta a

¹⁵ Parte dessa afirmação depende muito do alcance do processo de *ressignificação* das Relações Internacionais como ciência e como práxis para o sujeito cognoscente. Isto é, a *ressignificação* é um processo denso, laborioso e necessário para que enxerguemos o saber internacional de forma mais ampla como fonte produtora de verdades (ou estilhaços de verdades) no campo externo e interno. O saber e a práxis internacionais não estão somente no campo exógeno; não somente estão nas decisões estratégicas de chefes de Estado e governo ou de diplomatas. Na verdade, estão nas ações cotidianas, no pensamento e na ação direta e microscópica de atores individuais e grupos sociais. Pode-se, assim, abrir uma rica janela entre a psicanálise e as Relações Internacionais não somente como meio de diálogo interdisciplinar, mas como instrumento de complementaridades de seus recortes científicos com vistas ao progresso humano.

¹⁶ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 16ª. ed. Rio de Janeiro, Graal, 2001. p. 231.

necessidade de resgate da agência nas relações políticas e de poder na contemporaneidade.¹⁷ Nosso objetivo é outro e bem mais humilde: apenas referendar tais dinâmicas e revelar que é possível reescrever – pelo menos em parte – alguns aspectos do processo de inteligibilidade do saber internacional e de sua práxis. Dessa maneira, não se pode conceber sua inteligibilidade sem que antes tenha passado por um amplo e formador processo de ressignificação de suas partes.

As Relações Internacionais operam por meio de diferentes redes e canais dinâmicos com diferentes níveis e com base em simultâneas formas de articulação entre Estados nacionais, grupos internacionais de pressão, unidades subnacionais, empresas transnacionais (GCTs – Grandes Corporações Transnacionais) incluindo bancos, agências de crédito e de risco internacionais, indivíduos, ONGs em escala transnacional, organismos internacionais e áreas, internacionalmente, protegidas. As relações diplomáticas e consulares, por exemplo, indicam, no âmbito da esfera público-estatal, a constância e o volume de informações, de posturas de proteção e de representação entre Estados e entre Estados e organismos internacionais. Em contrapartida, os trilhões de dólares que são comercializados, diariamente, em mercados financeiros, incluindo mercados de derivativos, estratégias de hedge e de arbitragem de moedas e de fundos de *private equity*, revelam, em parte, o alargamento do *ethos* das Relações Internacionais e a incapacidade relativa de os Estados nacionais terem efetivos controles sobre tais fluxos transnacionais financeiros interbancários.¹⁸

Dessa forma, introduz-se, também como parte do ímpeto de ressignificação do saber internacional para sua mais ampla inteligibilidade, o termo *controlabilidade* para referendar e exemplificar tais ideias. No caso das relações diplomáticas e consulares que são regidas por diplomas legais específicos, como a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas (1961) e a Convenção de Viena sobre Relações Consulares (1963) gerando sistematização e ordem *inter partes*, então há um grau maior de controlabilidade. A ausência de controlabilidade não deve ser confundida com anarquia

¹⁷ BAUMAN, Zygmunt. *En busca de la política*. 3ª. ed. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2007. p. 17-62; 67-109.

¹⁸ Os conceitos de Estado na teoria das Relações Internacionais contemporâneas têm sofrido drásticas modificações desde a segunda metade do século XX, que nos sugere uma reavaliação crítica quanto aos processos de formulação e execução da política externa dos vários países envolvidos nestes e em outros processos internacionais na condição simultânea de agente-paciente. Subjacente a tais observações estão se tornando inadiáveis os diálogos de alto nível acerca da necessidade de reformar o sistema das instituições de Bretton Woods (1944): FMI, BIRD e GATT/OMC (a partir de sua criação em 01 de janeiro de 1995 por meio da Declaração de Marrequeche).

e entropia que são termos próprios das relações interestatais na perspectiva maquiavélico-hobbesiana. Não se deve também confundir o termo controlabilidade com o conceito de “regimes internacionais” que, segundo Krasner, são regras, práticas e instituições que articulam o agir internacional de acordo com parâmetros aceitos pelos atores internacionais. Controlabilidade opera uma ponte entre a capacidade de gestão, controle e fiscalização coercitiva que se estrutura em diferentes graus e a conjuntura de relativa entropia internacional.

O reduzido grau de controlabilidade dos bilhões e bilhões de dólares cambiados, diariamente, revela os diferentes níveis de redes simultâneas de articulação com múltiplas lealdades, demonstrando como tais redes ainda passam por longe das amarras institucionais de fiscalização plena do Estado nacional. A nova e volátil dinâmica do capitalismo desterritorializado acaba por minar os princípios almejados de estabilidade e previsibilidade – que, na verdade, reforçam o caráter da controlabilidade – do cenário internacional.¹⁹ Evidência concreta de tais observações é a incapacidade ou falta de vontade política coletiva de criar e efetivar a taxa Tobin, proposta pelo economista James Tobin, Prêmio Nobel de Economia de 1981 e professor da Universidade de Yale. A taxa Tobin tinha por objetivo gerar montante financeiro a ser administrado supranacionalmente sobre os investimentos especulativos transnacionais que tanto geram desestabilização dos mercados e dos Estados nacionais.²⁰

Ainda na linha da inteligibilidade das Relações Internacionais sob o ponto de vista de sua abrangência tendo como eixo a questão da reduzida controlabilidade em um macroambiente entrópico, o filósofo húngaro István Mészáros fornece dois alertas crônicos à intensa e descontrolada transnacionalidade do capital com sua desordem sociometabólica:

A tendência universalizadora do capital, que nos trouxe para o ponto em que hoje estamos, emanou de seu impulso ilimitado e infinito para superar a barreira

¹⁹ LIMA, Marcos Costa, org. *Dinâmica do capitalismo pós-guerra fria: cultura tecnológica, espaço e desenvolvimento*. São Paulo, Editora da UNESP, 2008. p. 167-183.

²⁰ Linhas científicas de vinculação de direita e de esquerda são harmoniosas quanto à questão da constatação da (des)controlabilidade relativa das Relações Internacionais, em particular, nos fluxos financeiros e bancários transnacionais.

*limitadora, qualquer que tenha sido esta: obstáculos naturais ou fronteiras culturais e nacionais.*²¹

Mészáros, profundamente influenciado por Hegel e Lukács, explana as reações do internacionalismo positivo e negativo e ao retratar tais divisões, e vai mais além com um tom profético de grande calibre: “O impulso destrutivo do capital transnacional não pode ser bem aliviado, muito menos se concretamente superado, apenas no nível internacional. A existência de ‘microcosmos’ antagônicos incluídos em estruturas cada vez mais amplas do mesmo tipo conflitante, mais cedo ou mais tarde, leva necessariamente à reprodução dos conflitos, temporariamente, aplacados.”²²

Como já enfatizado, a densa e multiestratificada malha entre as nações compõe o arcabouço das relações formadas por lealdades diversas entre os atores internacionais. Múltiplas lealdades aqui se referem a um contexto bem diferente daquele na Idade Média de serventia dispersa entre o Sacro Imperador Romano, o papa, o imperador, o barão, o cavaleiro e o senhor feudal, assim apontado por Jackson & Sorensen.²³

As novas múltiplas lealdades ora conflitantes ora convergentes, são crivos acerca dos papéis exercidos pelo ator internacional posicionando-o no plano de intersecção na prestação de compromissos do dever agir. Não estamos aqui qualificando esse “dever agir” sob o ponto de vista do grau de compromisso ético em tampouco de vinculação social justa e equitativa. O dever agir deve ser visualizado simplesmente como *output* sem juízos de ordem valorativa.

Ademais, as múltiplas lealdades estão na forma de qualquer ator internacional ter interesses dispersos, difusos e simultâneos na geração de fatos internacionais e na prestação de contas do ou ao seu Estado nacional (sob diferentes formas, como a jurídico-tributária, político-diplomática, por exemplo). Ao gerar, dessa forma, múltiplas lealdades por parte dos atores internacionais, cada uma com seu peso e seu alcance, é necessário fazer as seguintes perguntas com vistas à geração de outros debates: em proveito de quais atores estatais e não-estatais a atual política internacional é estruturada e praticada? Como esse jogo político se forma, com quais finalidades e como são feitos

²¹ MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2002. p. 252

²² MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Op. cit. p. 247.

²³ JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. *Introdução às Relações Internacionais: teorias e abordagens*. Op. cit. p. 17-21.

seus arranjos decisórios e negociais? Tais perguntas acirram à curiosidade investigativa e à iniciativa de agir, revelando diferentes facetas dos objetos propedêuticos do macroambiente internacional, quer seja um cenário, um sistema, uma sociedade ou uma comunidade internacional.

III. À GUIA DE CONCLUSÃO - DA FENOMENOLOGIA DOS CONCEITOS DO MACROAMBIENTE INTERNACIONAL

O uso do nome para designar, inicialmente, o macroambiente internacional revela sua natureza, seus limites teóricos e suas abrangências conceituais destas múltiplas realidades externas.²⁴ Os atos do sujeito-objeto na política internacional ressaltam as análises das relações de poder da densa e complexa teia entre atores estatais, não-estatais e individuais no plano externo tendo como variáveis intervenientes as diferentes posições políticas nacionais, os distintos níveis socioeconômicos dos Estados e suas mais diversas culturas, heranças históricas e matrizes religiosas.

O macroambiente é a base por onde os atos e fatos são apresentados e assimilados pelo sujeito cognoscente por meio de um processo de simetria, direcionalidade e pertinência, como já foi explanado no item anterior. Vale ressaltar que o macroambiente vai possuir a nomenclatura que melhor espelha uma situação de força-poder-interesse entre os interlocutores (sujeitos) internacionais. Poder-se-ia até mesmo ao ponto de enfatizar que a formação ideológica é também resultante da escolha das terminologias disponíveis. De forma mais sintética, a moldura escolhida acerca do macroambiente internacional vai ter diferentes denominações a partir da forma e da essência de compreensão pelo sujeito acerca da política internacional em um contexto de produção e reprodução de uma lógica de força-poder-interesse.

²⁴ O “nome” com seu usufruto é um ato criativo no complexo dinâmico que é a língua que é assim definida por Sapir: “método de comunicação puramente humano e não-instintivo de transmissão de ideias, emoções e desejos por meio de um sistema de produção voluntária de símbolos”. De acordo com Saussure, “língua é um fato social”. GOMES DE MATOS, Francisco. Language, peace and conflict resolution. In DEUTSCH, Morton; COLEMAN, Peter; MARCUS, Eric. *The Handbook of Conflict Resolution: theory and practice*. 2ª. ed. Nova Iorque, Jossey Bass, 2006. p. 158-161. Adotando a tese de Gomes de Matos da “pedagogia da positividade” e da “comunicação pacífica” indutora da “paz comunicativa” do professor pernambucano, pode-se estreitar os laços que unem, nesta fenomenologia específica, o arcabouço de quatro grandes sistemas linguísticos para um único macroambiente internacional com distintas percepções (comunidade, sociedade, sistema e cenário internacional). Isto é, é possível desenhar manuseios com vistas da promoção da paz com os quatro distintos nomes para uma mesma realidade externa com recíprocas intervenções e entre o sujeito e o objeto. Voltaremos a tratar desta temática no Capítulo VII do livro, em especial, no item sobre a dialética *Irenè-polemos*, quando ensaiamos algumas análises acerca dos estudos da paz como práxis das Relações Internacionais contemporâneas, seus dilemas, problemáticas e alternativas.

Um dos pontos de partida sobre o macroambiente que indicam qual termo ou sistema linguístico poderia ser melhor aplicado (cenário, sistema, sociedade ou comunidade internacional) é, justamente, a natureza da guerra; guerra como patologia do cenário internacional.²⁵ Em primeira análise, as guerras (conflitos armados, intervenções belicosas, *ultima ratio regis*)²⁶ de diversas naturezas e com uma miríade de causas (*casus belli*) são atos gnosiológicos do conceito de cenário internacional, pois são consideradas como variáveis do jogo de poder internacional em um ambiente de entropia e de dilemas de segurança internacionais.²⁷ As guerras, particularmente no nível macrosistêmico, encerram funções políticas no comportamento interno e externo dos Estados e são motores da formação e extinção de ordens mundiais. O imaginário social sobre as guerras mostra como a dialética *irenè-polemos* ou ainda a dialética *eros-tanatos* resgata os mais profundos simbolismos de arquétipos jungianos sobre a psique humana.²⁸

Há logo uma grande diferença sobre o conceito de guerra em uma comunidade e em um cenário internacional, desprovido de maiores valorações idílico-românticas e legalistas. Para o conceito de comunidade internacional, a guerra qualquer que seja seu nível de sistemática (macrosistemática, mesosistemática e microsistemática) é uma aberração, uma ilegalidade, um desvio da conduta moral dos povos que deve ser abolida. A catástrofe humana resultante das duas grandes guerras mundiais (1914-1918 e 1939-1945), ocorridas na primeira metade do século passado, entre os chamados “vinte anos

²⁵ Corvisier retrata os conflitos armados, ao longo do sete capítulos de seu livro *A Guerra: ensaios históricos*, nos contextos da trajetória histórico-antropológica da violência natural à arte militar entrelaçando-a à ciência, aos meios e às potencialidades de sua execução. Ademais, avalia as correlações da guerra com a sociedade, da guerra com os fatores morais e, por fim, da guerra com a política, levando sempre em consideração os aspectos do macroambiente internacional. CORVISIER, André. *A Guerra: ensaios históricos*. Rio de Janeiro, Bibliex, 1999. p. 325-343.

²⁶ Na origem etimológica da expressão latina *ultima ratio regis* encontramos uma série de tradições orais e de fundamentações sobre seus significados. No entanto, a grande totalidade converge para mostrar que a “última razão do Rei” é a manifestação da violência, do recurso ao conflito armado em meio às falhas de tentar evitar a beligerância. A *ultima ratio regis* é uma expressão que denota as motivações do Estado nacional recorrer à violência armada. Os últimos fins, nesta visão, se justificariam pela necessidade de sobrevivência e de defesa da segurança coletiva dos cidadãos. Por outro lado, tais justificativas mostram, igualmente, o porquê dos Estados se engajarem em violentos processos de luta como resultante de um processo de agenda política e decisões arbitrárias dos governantes.

²⁷ As guerras referem-se, como atos fenomênicos na relação sujeito-objeto, a um conjunto de objetos materiais e imateriais por meio do uso intenso e recorrente de violência militar (e/ou paramilitar) institucionalizada entre Estados no contexto da ciência das Relações Internacionais. A materialidade da guerra pode ser verificada e contabilizada na forma de danos ao patrimônio público e privado dos atores envolvidos além da mortandade dos cidadãos civis e militares. A insegurança, por seu turno, está posicionada como objeto imaterial. Na determinação da materialidade ou da imaterialidade, é necessário verificar a presença do elemento tangível ou intangível nas RI.

²⁸ JUNG, Carl G. *O homem e seus símbolos*. 18ª. ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000. p. 18-55.

de crise” por Edward Carr,²⁹ não teve êxito no processo de desencorajar ou mesmo abolir o *animus belligerandi* – instinto agressor nato da humanidade – através de mecanismo de segurança coletiva dos Estados com seus pressupostos jurídicos de estabilização e controle coercitivo. Nos termos sociedade e sistema internacional, as guerras assumem contornos específicos de ruptura e de entropia natural do relacionamento externo. Utilizando a visão de uma sociedade internacional em Bull, pode-se obter neste autor uma definição importante de guerra como elemento diferenciador: “A guerra é a violência organizada promovida pelas unidades políticas entre si. A violência só é guerra quando exercida em nome de uma unidade política.”³⁰ Há, portanto, linha tênue que separa as diferenças sobre a guerra na tipologia da sociedade e do sistema internacional, que são reveladores sobre o macroambiente.

Não se pode negligenciar o meio de compreensão do macroambiente internacional e como melhor operacionalizá-lo como ferramenta teórica quer seja no contexto de paz ou de guerra, ou ainda, de um estágio intermediário denominado *status mixtus*. A determinação do macroambiente internacional revelará os caminhos que são trilhados e que visão de mundo se adota pelo sujeito cognoscente *a posteriori*. Ou seja, o uso do termo cenário, sistema, sociedade ou comunidade internacional pressupõe uma determinada abordagem sobre a natureza do relacionamento internacional, variando no espectro mais idealista (comunidade internacional) até o eixo oposto mais realista (cenário internacional). Os pontos entre os pólos “comunidade-cenário internacional” revelam o grau de entropia, o *ethos* fundamental de ordenação e de organização dos atores internacionais e como estes atores são regidos em uma ordem mundial vigente.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Theodor. *Indústria cultural e sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. *En busca de la política*. 3ª. ed. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2007.

BULL, Hedley. *A sociedade anárquica: um estudo da ordem na política mundial*. São Paulo, IPRI/UnB, 2002.

²⁹ CARR, Edward. *Vinte anos de crise: 1919-1939*. Brasília, Editora da UnB, 1981. p. 74-88.

³⁰ BULL, Hedley. *A sociedade anárquica: um estudo da ordem na política mundial*. Op. cit. p. 13.

- CARR, Edward. *Vinte anos de crise: 1919-1939*. Brasília, Editora da UnB, 1981.
- CARRAHER, David. *Senso crítico: do dia-a-dia às ciências humanas*. São Paulo, Editora Pioneira, 1983.
- CASTRO, Thales. *Elementos de Política Internacional: redefinições e perspectivas*. Curitiba, Juruá Editora, 2005.
- CASTRO, Thales. Repensando a unimultipolaridade: uma análise modelística das relações internacionais contemporâneas. In GUEDES, Marcos, org. *Brasil e EUA no novo milênio*. Recife, NEA/UFPE, 2004.
- CORVISIER, André. *A Guerra: ensaios históricos*. Rio de Janeiro, Bibliex, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 16ª. ed. Rio de Janeiro, Graal, 2001.
- GOLDSTEIN, Joshua. *International Relations*. Nova Iorque, Harper Collins, 1994.
- GOMES DE MATOS, Francisco. Language, peace and conflict resolution. In DEUTSCH, Morton; COLEMAN, Peter; MARCUS, Eric. *The Handbook of Conflict Resolution: theory and practice*. 2ª. ed. Nova Iorque, Jossey Bass, 2006.
- JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. *Introdução às Relações Internacionais: teorias e abordagens*. Rio de Janeiro, Zahar, 2007.
- JASPERS, Karl. *Introdução ao pensamento filosófico*. São Paulo, Cultrix, 1993.
- JUNG, Carl G. *O homem e seus símbolos*. 18ª. ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000.
- LIMA, Marcos Costa, org. *Dinâmica do capitalismo pós-guerra fria: cultura tecnológica, espaço e desenvolvimento*. São Paulo, Editora da UNESP, 2008.
- PONTES NOGUEIRA, João; MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2005.
- ROURKE, John. *International politics on the world stage*. 5a. ed. Guilford, DPG Publishers, 1995.
- SEITENFUS, Ricardo. *Relações Internacionais*. Barueri, Manole, 2004.
- STOESSINGER, John. *O poder nas nações: a política internacional de nosso tempo*. São Paulo, Cultrix, 1978.
- WENDZEL, Robert. *Relações Internacionais*. Brasília, Editora da UnB, 1980.